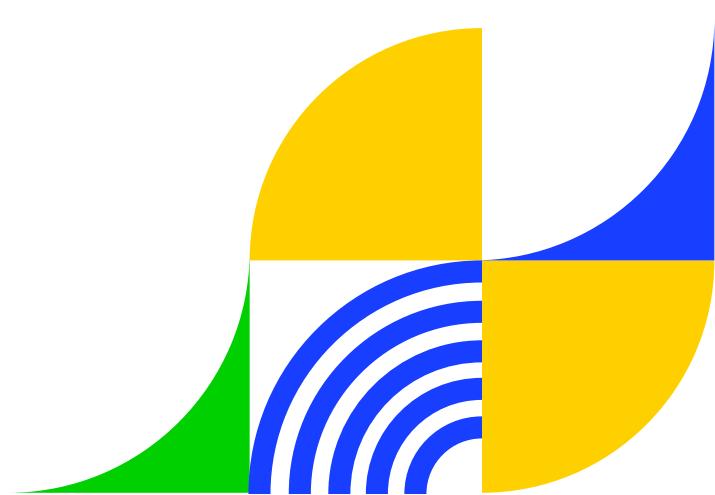


SUMÁRIO EXECUTIVO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

ARQUIVO NACIONAL



Sumário

COMPETÊNCIAS – DECRETO N. 12.202/2024	4
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – 2024-2027	6
CADEIA DE VALOR	7
RESULTADOS POR MACROPROCESSOS	8
MACROPROCESSO DE GESTÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS – SIGA	9
MACROPROCESSO PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NACIONAL	12
MACROPROCESSO GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS	16
MACROPROCESSO GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	18
MACROPROCESSO DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE	20

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

ARQUIVO NACIONAL

Ministra de Estado

Esther Dweck

Secretaria-Executiva

Cristina Kiomi Mori

Diretora-Geral do Arquivo Nacional

Ana Flávia Magalhães Pinto

Diretora-Geral Adjunta do Arquivo Nacional

Gecilda Esteves Silva

Coordenadora-Geral de Planejamento, Gestão Estratégica e Governança

Raquel dos Santos Ribeiro

Diretor de Gestão de Documentos e Arquivos

Jean Marcel Caum Camoleze

Diretor de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo

Thiago de Oliveira Vieira

Diretor de Gestão Interna

André Mendes Cavotti

Superintendente Regional no Distrito Federal

Henrique Cesar de Jesus Piccolo

Coordenadora-Geral de Articulação de Projetos e Internacionalização

Mônica Lima e Souza

Coordenador-Geral de Comunicação

Eduardo Carvalho dos Santos

Coordenadora-Geral de Relações Institucionais

Franciele Rocha de Oliveira

Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Arquivos

Alex Pereira de Holanda

Chefe do Gabinete da Direção-Geral do Arquivo Nacional

Ana Biaitrix Barbosa de Souza Paixão de Moraes

Equipe de Gestão Estratégica

Diego Barbosa Silva

Mariana de Barros de Almeida

Mariane Sousa Fonseca

Marluce Machado de Souza Dias

Nuno dos Santos Francisco Júnior

COMPETÊNCIAS – DECRETO N. 12.202/2024

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para o período 2024-2027 está estruturado da seguinte forma:

I – implementar e acompanhar, no âmbito da administração pública federal, a política nacional de arquivos públicos e privados, nos termos do disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

II – preservar os documentos sob sua guarda, e garantir e promover o acesso pleno à informação para os diferentes perfis de usuários, de modo a assegurar os subsídios necessários às decisões governamentais de caráter político-administrativo e a defesa de seus direitos pelos cidadãos.

III – coordenar a implementação de políticas, projetos, programas e ações de gestão de documentos e arquivos na administração pública federal, considerada a variedade dos suportes ou da natureza dos documentos, das informações e dos dados neles contidos.

IV – coordenar, supervisionar e normatizar os procedimentos e as operações técnicas referentes à gestão de documentos e arquivos a serem implementadas nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

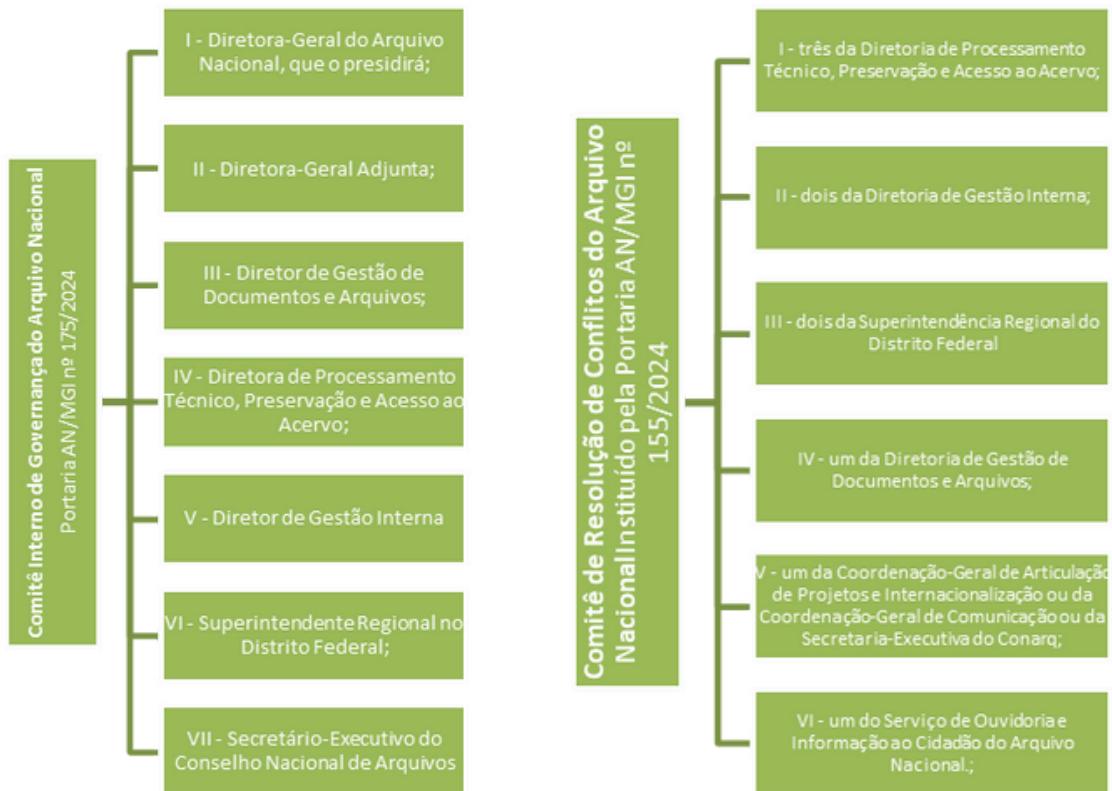
V – coordenar, supervisionar e normatizar, na função de autoridade arquivística do Poder Executivo federal, o recolhimento, o processamento técnico, a preservação, a custódia e o acesso ao patrimônio documental da administração pública federal.

VI – firmar acordos, convênios, parcerias e termos de cooperação com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em matéria de interesse mútuo, para promover a difusão de informações, estudos, pesquisas e capacitações, em sua área de competência.

III – Mapa das Iniciativas Estratégicas representa os projetos, medidas ou ações a serem realizados para alcançar os OKRs.



IV – A Estrutura de Governança do Arquivo Nacional, alinhadas à governança do MGI, está voltada à garantia de transparência, eficiência e integração na gestão, com instâncias responsáveis por decisões estratégicas e monitoramento de resultados.*



Os principais resultados relacionados às duas estruturas de governança estão detalhados em relatórios específicos. Os relatórios das Reuniões de Alinhamento Estratégico (RAE) correspondem aos documentos relativos ao Comitê Interno de Governança do AN e podem ser acessados no Processo SEI/AN 08227.001209/2024-23. Em relação ao Comitê de Resolução de Conflitos do AN, o relatório pode ser acessado no Processo SEI AN 08227.001360/2024-61.

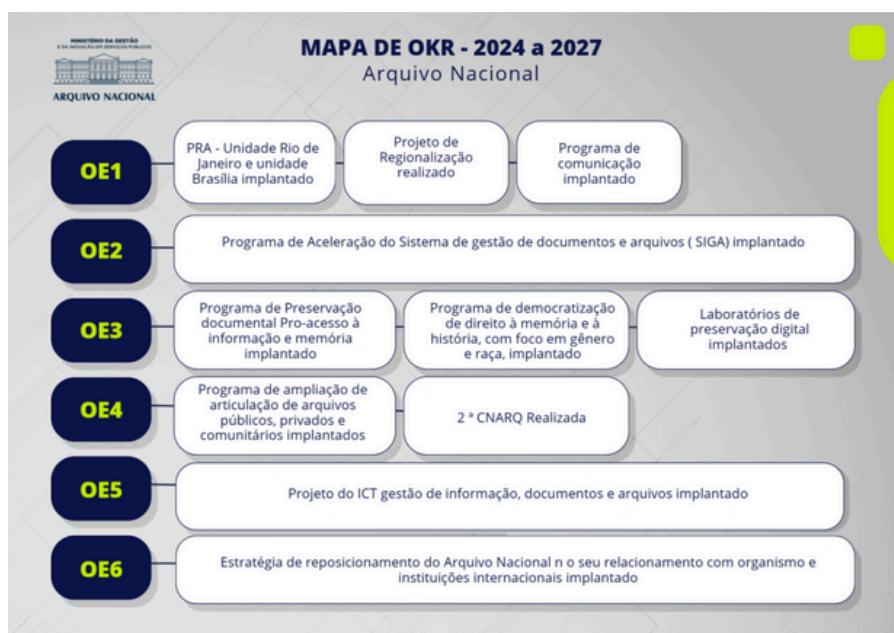
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – 2024-2027

Publicado por meio da Portaria AN nº 135, de 26 de dezembro de 2023, o PEI-AN tem os seguintes atributos:

I – **Mapa Estratégico** é a ferramenta de comunicação que sintetiza a estratégia e é composto por Missão, Visão, Valores e Objetivos.

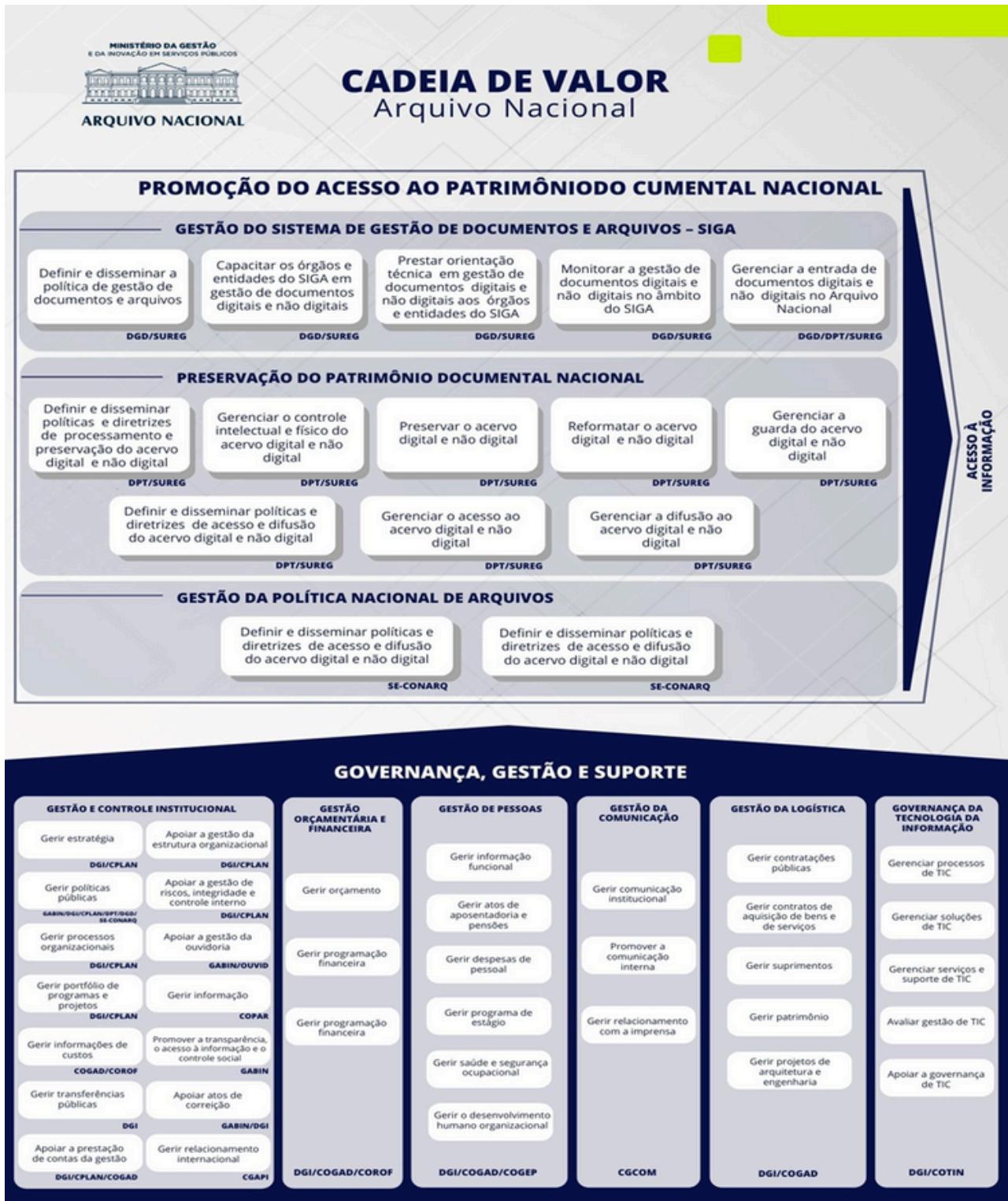


II – **Mapa de OKR** organiza e integra os objetivos que se desdobram em resultados-chave.



CADEIA DE VALOR

Representa os macroprocessos realizados pelo Arquivo Nacional, possibilitando a identificação do valor público gerado.





RESULTADOS POR MACROPROCESSO

MACROPROCESSO GESTÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS – SIGA

GESTÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS – SIGA

Definir e disseminar a política de gestão de documentos e arquivos

DGD/SUREG

Capacitar os órgãos e entidades do SIGA em gestão de documentos digitais e não digitais

DGD/SUREG

Prestar orientação técnica em gestão de documentos digitais e não digitais aos órgãos e entidades do SIGA

DGD/SUREG

Monitorar a gestão de documentos digitais e não digitais no âmbito do SIGA

DGD/SUREG

Gerenciar a entrada de documentos digitais e não digitais no Arquivo Nacional

DGD/DPT/SUREG

12 entregas concluídas no PEI -2024-2027

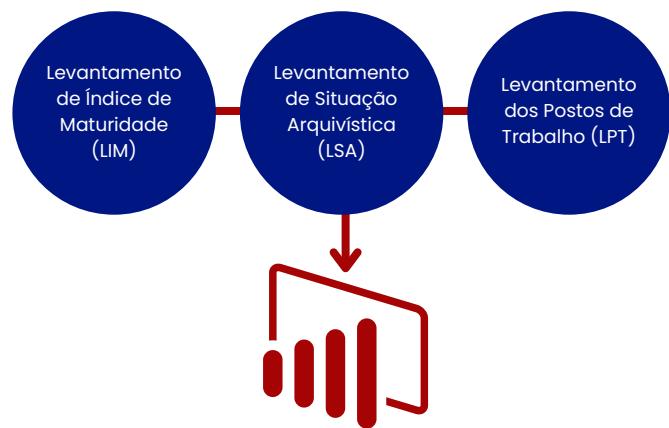
ATIVIDADES ASSOCIADAS

1. Recursos para a Recuperação de Acervos Documentais atingidos nas enchentes do RS

- Graças à rápida e qualificada apresentação de demanda ao gabinete ministerial acerca do investimento necessário para a recuperação dos acervos documentais de órgãos da administração pública federal no RS, foram garantidos R\$ 14,6 milhões, por meio de medida provisória.



2. Painéis BI para monitoramento gestão de documentos, no âmbito do Programa Acelera Siga, com informações gerenciais coletadas a partir de três levantamentos sobre gestão documental



Painéis de Monitoramento de Gestão de Documentos



3. Assinatura de 23 TEDs para a Recuperação de Acervos Documentais atingidos nas enchentes do RS

1. Banco do Brasil – BB;
2. Caixa Econômica Federal – CEF;
3. Departamento de Polícia Federal – DPF;
4. Serviço Geológico do Brasil – CPRM;
5. Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS;
6. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA;
7. Ministério da Saúde – MS;
8. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
9. Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB;
10. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
11. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO;
12. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
13. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA;
14. Serviço Nacional de Processamento de Dados – SERPRO;
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
16. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
17. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM;
18. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra;
19. Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF;
20. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
21. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios;
22. Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo/RS;
23. Conselho Regional de Contabilidade/RS.

4. Melhorias e Padronizações de Processos de Gestão de Documentos

- Melhorias no Sistema de Orientação Técnica do Arquivo Nacional – SOT;
- Portaria AN nº 153/2024: a adoção de caracteres alfabéticos para identificar instrumentos de gestão de documentos de arquivo nos sistemas informatizados;
- Portaria AN/MGI nº 174/2024: Atualizado e publicado o Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio/suporte do Poder Executivo federal.

5. Aprovação de instrumentos técnicos para 177 órgãos, incluindo:

Em 2024, o Arquivo Nacional aprovou **sete novos** instrumentos de gestão, atendendo um total de 177 órgãos (setoriais e seccionais), marcando um avanço significativo na organização e na capacidade de preservação de documentos. Estes instrumentos, cuidadosamente elaborados, abrangem diversas áreas da gestão documental, garantindo eficiência e conformidade com as normas estabelecidas.

Entre esses órgãos, destam-se:

- Fundação Biblioteca Nacional (FBN);
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Agência Nacional de Saúde (ANS);
- Hospitais Universitários, Federais e Militares;
- Caixa Econômica Federal;
- Ministério dos Portos e Aeroportos;
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A conclusão desses instrumentos busca reforçar o protagonismo do Arquivo Nacional, como órgão central, e facultar as possibilidades de acesso e utilização dos documentos por parte dos usuários, promovendo transparência e eficácia na administração pública.

6. Recolhimento de acervos permanentes

Foram recolhidos 99,3 metros lineares de acervo do Ministério da Saúde e do extinto INAMPS, agora sob guarda permanente em Brasília. Em colaboração com a ABIN, melhoramos a infraestrutura da unidade em Brasília para garantir um recolhimento mais eficiente, incluindo espaços adequados. O arquivo recolhido junto à ABIN está passando por um processamento técnico adequado, o que facilitará a disponibilidade ágil para consulta pelos usuários.

7. 86 visitas técnicas a instituições da administração pública federal e Judiciário (TRT4) com acervos atingidos pelas enchentes no RS

8. Eliminação de Documentos



245 listagens de eliminação de documentos analisadas



91 editais de ciência de eliminação de documentos analisados

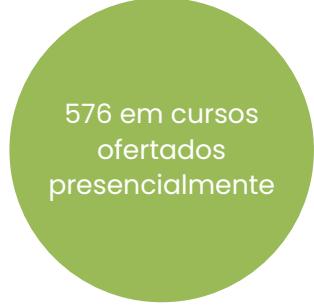
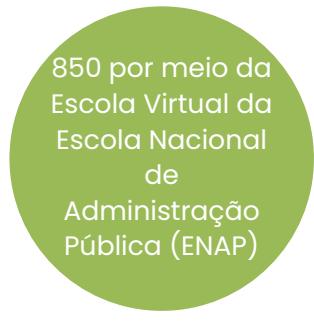


4 editais de ciência de eliminação de documentos suspensos



1180 metros lineares de documentos eliminados

8. Capacitação de agentes públicos em gestão de documentos



9. Análise de projetos de lei relacionados à gestão de documentos



PL nº 5531/2020, que altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação, para permitir o pedido de informação anônimo;

PROJETOS DE LE - Gestão de Documentos

PL nº 2789/2021, que moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa;

PL nº 790/2022, que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, para dispor sobre a guarda permanente dos documentos públicos produzidos entre 1º de abril de 1964 e 5 de outubro de 1988 (futura Lei Nilce Cardoso).

10. Arquivo Nacional no CLAD



CLAD

O AN marcou presença no XXIX Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), realizado de 26 a 29 de novembro de 2024, na sede da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília.

O Arquivo Nacional promoveu a oficina "Gestão Documental para a Promoção da Eficiência da Administração Pública". A iniciativa destacou a importância de aprimorar práticas de gestão documental para garantir acesso à informação e promover eficiência administrativa, além de enfatizar a necessidade de ampliar o letramento em gestão documental em todos os níveis da administração pública.

11. Estruturação de SIGAD em parceria com a Dataprev

Novo sistema da Dataprev e do Arquivo Nacional vai atualizar padrão de gestão de documentos



MACROPROCESSO PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NACIONAL

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NACIONAL

Definir e disseminar políticas e diretrizes de processamento e preservação do acervo digital e não digital

DPT/SUREG

Gerenciar o controle intelectual e físico do acervo digital e não digital

DPT/SUREG

Preservar o acervo digital e não digital

DPT/SUREG

Reformatar o acervo digital e não digital parágrafo

DPT/SUREG

Gerenciar a guarda do acervo digital e não digital

DPT/SUREG

Definir e disseminar políticas e diretrizes de acesso e difusão do acervo digital e não digital

DPT/SUREG

Gerenciar o acesso ao acervo digital e não digital

DPT/SUREG

Gerenciar a difusão do acervo digital e não digital

DPT/SUREG

**1 iniciativa concluída; e
1 entrega concluída no PEI –2024–2027**

ATIVIDADES ASSOCIADAS

1. Digitalização e Microfilmagem

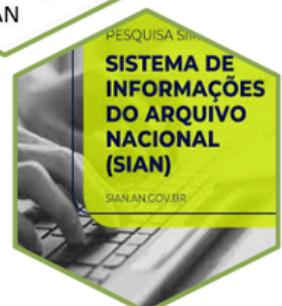
- 722.442 imagens digitalizadas sendo:**
 - 116.847 para atendimento a solicitações de usuários;
 - 605.595 para preservação do acervo institucional.
- 22.959 páginas documentos arquivísticos microfilmados.**
- 96 horas de películas cinematográficas digitalizadas**, o que possível graças à aquisição, no final de 2023, do scanner Cintel Scanner G3 HDR+, que fortaleceu a capacidade técnica do Arquivo Nacional e viabilizou o início da digitalização deste que é considerado o segundo maior acervo audiovisual do país.

2. Processamento Técnico



1.073.029
objetos digitais
preservados no
RDC-Arq
representando
47.371 dossiês
do acervo
custodiado pelo
AN

900 mil
documentos
disponibilizados
para acesso no
SIAN



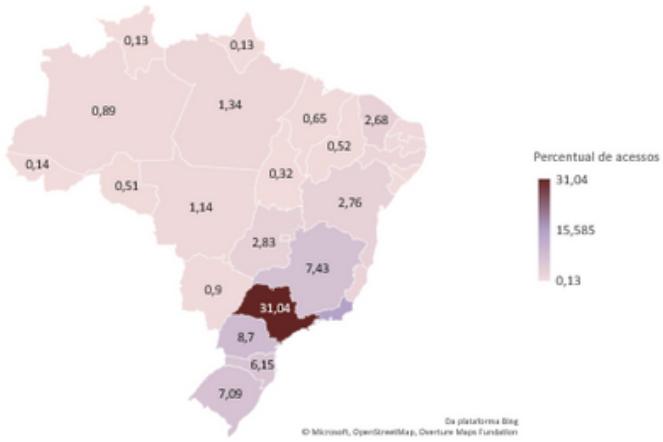
3. Conservação e Restauração

- 1.370.766 folhas de documentos arquivísticos conservados;
 - 46.611 folhas restaurados;
 - 3.779.032 folhas higienizadas.

4. Atendimento ao usuário



Percentual de acessos ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) por unidade federativa do Brasil



Fonte: Relatório da Pesquisa de Satisfação e Informações sobre o Atendimento, Arquivo Nacional, 2024

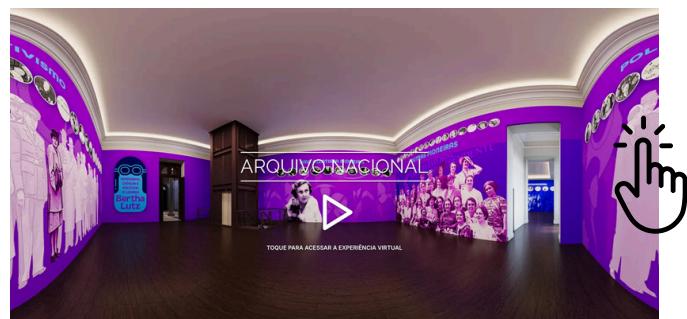
Em 2024, registra-se uma concentração de usuários das regiões Sudeste e Sul. **São Paulo** é o estado com mais acessos, **31% do total**; seguido por **Rio de Janeiro (15,8%)**; **Paraná (8,7%)**; **Minas Gerais (7,43%)**; e **Rio Grande do Sul (7%)**. Roraima e Amapá são os estados com menos acessos (0,13%).

5. Pesquisa e curadoria de conteúdo para exposições e sites temáticos do Arquivo Nacional

- Exposição “João Cândido, um herói nacional”, circulação e complemento de curadoria para montagem na unidade do AN no Rio de Janeiro, em parceria com a Festa Literária da Periferia



- **Exposição Virtual “Feminismo, Ciência e Política: o legado de Bertha Lutz”**



- **Exposição Virtual “Trajetória de uma coleção: a arte da cerâmica Tapajó”**

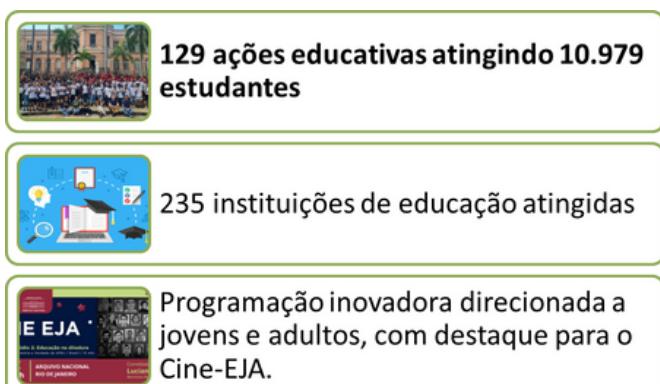


6. Participação na 27ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, ampliando a visibilidade do Arquivo Nacional



O Arquivo Nacional e o Ministério das Culturas da Colômbia discutiram políticas de arquivos e cooperação Sul-Sul, avançando na elaboração de um Memorando sobre o papel estratégico dos arquivos na paz, reparação histórica, direitos humanos e democracia. A agenda ocorreu no escopo das atividades da 27ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

7. Ações Educativas



8. Obras Publicadas

- **12 obras publicadas** (livros e revistas);

Lista de obras publicadas em 2024:

- 1.Orientações para o estudo de funções (Publicações Técnicas, 42 p.);
- 2.Acervo – Memória e história: potências e tensões nos usos de acervos privados (v. 37, n. 1, 2024, 24 textos, 542 p.);

3.Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos hospitais federais, universitários, das Forças Armadas e dos institutos federais (45 p.);

4.Diretrizes para o tratamento técnico de arquivos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído (Conselho Nacional de Arquivos, 130 p.);

5.Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (27 p.);

6.Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim da Caixa Econômica Federal (87 p.);

7.Acervo – História econômica do Rio de Janeiro (v. 37, n. 2, 2024, 28 textos, 669 p.);

8.Acervo – O impacto do golpe e da ditadura no Brasil: 1964-2024 (v. 37, n. 3, 2024, 37 textos, 885 p.);

9.Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio/suporte do Poder Executivo federal (220 p.);

10.Guia de fundos: marcadores sociais (Publicações Técnicas, 189 p.);

11.Eventos e produtos de difusão: marcadores sociais (relatório analítico) (Publicações Técnicas, 68 p.);

12.Guia de gestão de documentos para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (Publicações Técnicas, 62 p.).

Em 2024, o Arquivo Nacional obteve, assim, os seguintes números nos processos relacionadas à difusão do seu acervo:



10.979 pessoas nas atividades técnico-científicas, culturais e educativas



2.304.033 acessos aos sítios temáticos



129 ações educacionais realizadas



12 obras técnico-científicas publicadas

9. Realização da 8ª Semana Nacional de Arquivos



8ª SEMANA
NACIONAL DE
ARQUIVOS

- Destaca-se a presença de **arquivos comunitários e a primeira participação dos estados do AC e TO**; o retorno do estado do AP;
- Importante ressaltar **a participação do estado do RS, mesmo enfrentado a tragédia decorrente das enchentes em maio de 2024**;
- Edição que **bateu vários recordes** de engajamento e participação: **530 ações, propostas por 222 instituições, desenvolvidas em 26 dos 27 estados brasileiros, em 98 municípios do país**;
- Mais informações sobre a 8ª SNA encontram-se no Processo SEI AN nº08227.000640/2024-52.

10. Participação de visitas Técnicas, sob coordenação da AN/DGD, aos órgãos afetados pelas enchentes no RS pela equipe do macroprocesso do patrimônio documental nacional



- Ações emergenciais de **preservação de 18.776 metros lineares** de documentos nos órgãos afetados pelas enchentes no RS

11. HackatAN



- **Realização do Hackathon**, uma maratona tecnológica com o objetivo de desenvolver ferramentas de descrição colaborativa e identificação de marcadores de gênero, raça e regionalidade em seus acervos.

12. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas

- **5ª edição do Prêmio Memórias Reveladas**, que retorna após sete anos de interrupção, batendo recorde de inscrições. **Foram 95 projetos inscritos**;
- **I Comissão de Altos Estudos da Divisão Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil**, instituída por meio da Portaria AN nº 154: alinhamento de estratégias de atuação do Memórias Reveladas com as necessidades atuais;
- Portaria MGI Nº 3.072 criou um **Grupo de Trabalho para promover ações de articulação institucional em apoio aos projetos do Centro de Referência**: cinco reuniões ordinárias e seis extraordinárias, com um relatório final em fase de conclusão.

MACROPROCESSO GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

Definir e disseminar políticas e diretrizes de acesso e difusão do acervo digital e não digital

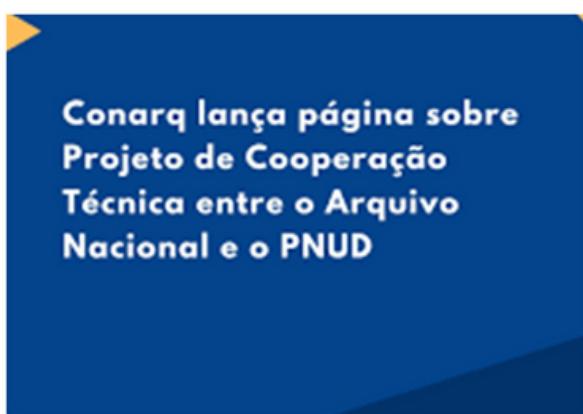
SE-CONARQ

Definir e disseminar políticas e diretrizes de acesso e difusão do acervo digital e não digital

SE-CONARQ

Importantes etapas do PEI concluídas relacionadas a 2ª CNARQ bem como a publicação dos editais para a seleção de consultoria responsável pelas caravanas de articulação com arquivos públicos e pelo mapeamento dos arquivos comunitários

1. Projeto PRODOC "Fortalecimento da Política Nacional de Arquivos e do Conselho Nacional de Arquivos"



Parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o objetivo de:

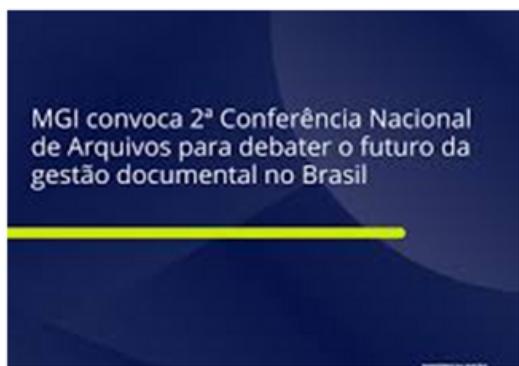
- Ampliar o acesso aos documentos;
- Fortalecer a gestão de arquivos no Brasil;
- Promover a Política Nacional de Arquivos.

2. Instituição da Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal dos respectivos Poderes Executivos no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR



Entre as principais atribuições da Rede estão a defesa da institucionalização dos arquivos públicos, o fortalecimento da gestão documental e a promoção do acesso à informação. A Rede também buscará incentivar parcerias entre os arquivos estaduais, o Arquivo Nacional e outros membros do SINAR, promovendo o compartilhamento de boas práticas e a redução de desigualdades.

3. Conferência Nacional de Arquivos



- O evento tem como objetivo principal promover um espaço de debate e reflexão sobre a política nacional de arquivos, além de estimular a participação da sociedade civil na construção de uma gestão documental mais eficiente e transparente.

4. Resoluções do CONARQ

- O Arquivo Nacional, por meio da Secretaria Executiva do CONARQ (SE-CONARQ), contribuiu na elaboração de resoluções. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), desempenha o papel de instância normativa e consultiva, com foco na formulação de políticas públicas para a gestão documental e a proteção do patrimônio documental brasileiro.

Resoluções do Conarq publicadas em 2024:

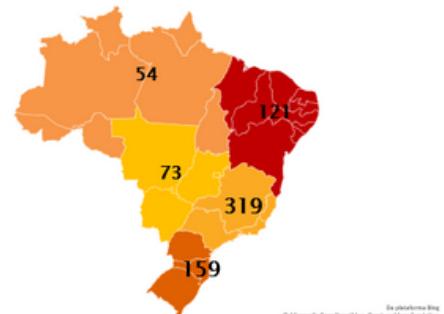
1. A resolução Conarq/MGI nº 55, de 26 de agosto de 2024 institui a Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal dos respectivos Poderes Executivos no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR;
2. A resolução Conarq/MGI nº 56, de 15 de outubro de 2024 estabelece diretrizes para o tratamento técnico de arquivos relacionados à arquitetura e ao ambiente construído;
3. A resolução Conarq nº 57, de 12 de dezembro de 2024 institui Câmara Técnica Consultiva de Estudos de Usuários no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, com a finalidade de elaborar subsídios para implementação de políticas relacionadas aos estudos de usuários em arquivos.

5. Encaminhamento de minuta de decreto para a Casa Civil para ampliação da composição do Conselho Nacional de Arquivos com as recomendações da SNPS/SG/PR e da ASPAD/MGI.

6. Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq)

- Foram cadastradas 44 entidades no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq), totalizando 726 em todos os estados e no Distrito Federal, distribuídos por região de acordo com o mapa a seguir:

Número de entidades cadastradas no Codearq por região



Fonte: Arquivo Nacional

MACROPROCESSO GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- 
- A criação da Rede de Arquivos Nacionais da CPLP e a formação de um grupo de trabalho sobre Arquivos Comunitários no âmbito da ALA;
 - A retomada das articulações internacionais, com destaque para a cooperação no Sul Global;
 - A recomposição do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, por meio de articulações com o MRE e o MinC, com o objetivo de reverter o processo de desmobilização da agenda de direito à memória no Brasil.

1. Atuação na América Latina

- **Criação e participação no GT sobre Arquivos Comunitários do ALA;**
- **Acordo Brasil-Colômbia, incluindo protocolo de intenções e participação no XXXII Seminário Nacional de Archivos, em Bogotá;**
 - Iberarquivos: Recorde de projetos submetidos (18); participação no GT de criação do Observatório Arquivístico da Ibero-América; reuniões e oficinas presenciais em Montevidéu (Uruguai) e Santiago (Chile);
 - **Colaboração com o Instituto Rio Branco na inclusão da disciplina “História e Pensamento Africano e Afro-Brasileiro”** no Curso de Formação de Diplomatas. Essa iniciativa reflete o compromisso do Arquivo Nacional em promover o conhecimento sobre a herança africana e afro-brasileira, alinhando-se à política externa brasileira e às atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A ação contribui para a formação de diplomatas mais conscientes e preparados para lidar com as questões culturais e históricas globais.
 - **GT sobre Tráfico Ilícito do Patrimônio Documental;**
 - **Guia Técnico:** Elaboração do Guia Técnico de Conservação em Arquivos de Países de Clima Tropical e Baixo Custo e tradução do curso Gestão e Preservação de Documentos Digitais.

2. Atuação na África e Países de Língua Portuguesa

- **2.1 Parcerias Fortalecidas:**
 - Revisão do acordo da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso);
 - Criação do GT Palop-Brasil de Arquivos (4 reuniões realizadas);
 - Publicação do Diretório Palop Brasil de Arquivos Nacionais.
- **2.2 Eventos e Colaborações:**
 - Participação na Conferência dos Arquivos Históricos da CPLP;
 - Criação da Rede de Arquivos Nacionais da CPLP;
 - Reuniões bilaterais com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal);
 - Destaca-se a realização da oficina "Digitalização de Documentos - uma Dimensão Estratégica da Governança de Arquivos no Século XXI" pelo Arquivo Nacional e Dataprev.

3. Atuação na Unesco

- Recriação do **Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo (MoWBR)**: recriação do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo da Unesco (MoWBR). Esse comitê tem como objetivo garantir que documentos e materiais de importância mundial sejam preservados por meio de técnicas apropriadas; assegurar e facilitar o acesso de todos a esses acervos, promovendo sua divulgação e ampliação do conhecimento; e contribuir para a valorização da produção cultural do país, com documentos e arquivos que recontam uma história rica, diversa e plural.



4. Atuação em outras organizações internacionais

1. ICA: pesquisas e questionários internacionais;
2. ICA: Participação da Diretora-Geral em webnário do Fórum de Arquivistas Nacional do ICA sobre “Promovendo um futuro sustentável: o papel dos arquivos e instituições de patrimônio cultural”.
3. Coalizão *Sites of Conscience*: Integração do Arquivo Nacional na RESLAC e no *Memorias Abiertas*;
4. Participação na Construção da Rede de Arquivos Nacionais da CPLP;
5. Parceria com a *Smithsonian Institution*: Exposição “*In Slavery's Wake: Making Black Freedom in the World*”;
6. *Afroconnections*: Participação em Washington, reforçando laços internacionais e promovendo a preservação histórica.

5. Certificado de Inscrição do Acervo Documental “Feminismo, ciência e política – o legado de Bertha Lutz” no Memória do Mundo Internacional

A articulação com a Unidade de Patrimônio Documental da UNESCO, em Paris, França, culminou com a entrega do certificado de Inscrição do Acervo Documental “Feminismo, ciência e política – o legado de Bertha Lutz” no Memória do Mundo Internacional. Ao final da reunião, Jackson Banda, chefe da Unidade de Patrimônio Documental da UNESCO, entregou o certificado à Diretora-Geral do Arquivo Nacional, Ana Flávia Magalhães Pinto, como reconhecimento pela importância do acervo para a preservação da memória e do legado histórico.



MACROPROCESSO DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

Conclusão de etapas importantes do projeto de requalificação no Rio de Janeiro, como:

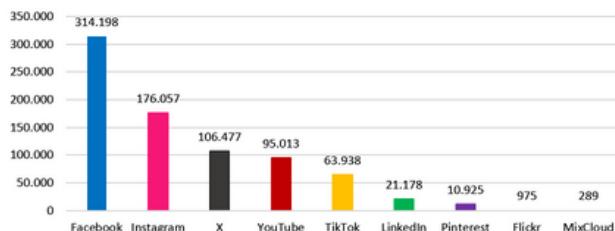
- Planilha orçamentária
- Tratativas com o IPHAN
- Finalização do projeto de requalificação da Unidade Brasília;
- Visitas técnicas em Salvador para avaliar potenciais cidades para regionalização.

1. Gestão das relações institucionais

- O Arquivo Nacional estabeleceu relações institucionais com 103 órgãos, fortalecendo sua presença e atuação.
- Destacam-se projetos como a 10ª edição do Festival Arquivo em Cartaz e o Cine Bloco K, com parcerias como Dataprev, Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura e o Instituto Rio Branco.
- Realização de coberturas fotográficas e audiovisuais de eventos em Brasília, como o XI Encontro da Anpuh-DF e o II Seminário de Dignidade Humana.
- Participação em eventos e reuniões com órgãos como a Secretaria Geral Ibero-Americana e a Comissão da Memória dos Presidentes da República.

2. Gestão da comunicação

- Os perfis do Arquivo Nacional nas redes sociais alcançaram 790 mil seguidores em 2024.



3. Gestão de pessoas

- Implantação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e mapeamento de processos e competências;
- Implementação do ColaboraGov na área de Saúde, abrangendo servidores do Arquivo e do MGI;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2024.

4. Gestão de logística

- Contratações na Unidade Rio de Janeiro para serviços como gerenciamento de resíduos, controle de pragas e manutenção de elevadores;
- Obtenção da edificação da Subestação de Energia Elétrica na Unidade Brasília e instalação de iluminação nos depósitos T5 e T6;
- Migração de contratos da Unidade Brasília para a Secretaria de Serviços Compartilhados do MGI, permitindo realocação de orçamento;
- Licitação e início do canteiro de obras para reforma da cobertura do Bloco F da Unidade Rio de Janeiro.

5. Gestão orçamentária e financeira

- Empenho de R\$ 38.463.236,36 em recursos próprios e R\$ 576.492,63 descentralizados;
- Suplemento adicional de R\$ 17.793.755,04. Esse incremento permitiu que o saldo total de disponibilidade orçamentária alcançasse R\$ 40.933.745,04. Desse total disponível, foram empenhado R\$ 40.225.068,50; liquidados R\$ 30.287.413,73 e pagos R\$ 29.791.138,83. Após o encerramento do exercício, os restos a pagar totalizaram R\$ 9.937.654,77.

6. Gestão de documentos

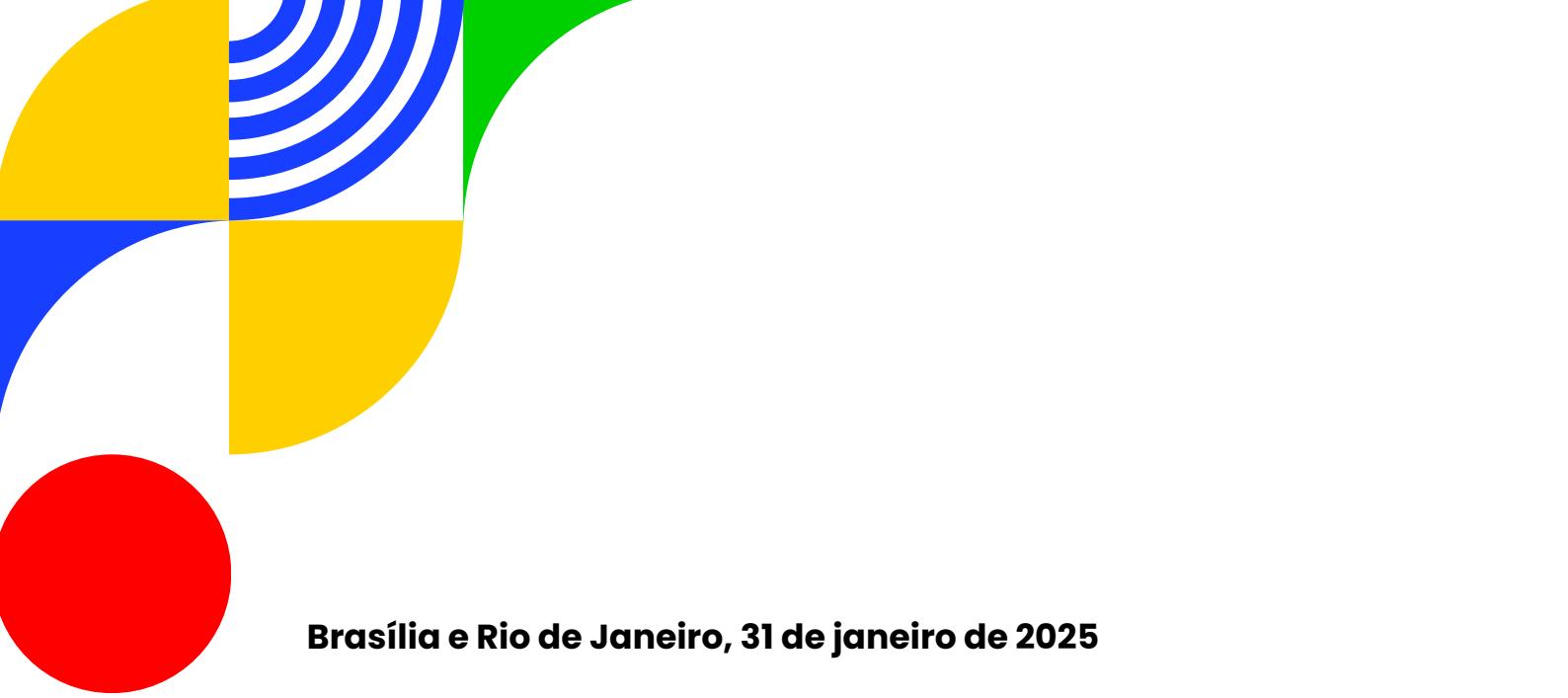
- Atualização da tabela de assuntos no SEI e aprovação de listagens de eliminação de documentos;
- Higienização, classificação e reorganização de documentos no arquivo intermediário;
- Realização de oficina de gestão de documentos e visitas a 59 unidades organizacionais para diagnóstico

7. Governança da Tecnologia da Informação

- Manutenção de 57 sistemas informatizados com 99% de disponibilidade;
- Aquisição de nobreaks, equipamentos de videoconferência e licenças Office 365;
- Desenvolvimento de soluções tecnológicas como o Novo SIAN e o Repositório Institucional de Instrumentos de Gestão de Documentos, com previsão de entrega para março de 2025.

8. Gestão Estratégica

- Realização de 92 reuniões de monitoramento estratégico e operacional;
- 3 Reuniões de Avaliação Estratégica com a alta gestão do Arquivo Nacional;
- Alinhamentos estratégicos para projetos como a requalificação das unidades e a criação do Instituto de Ciência e Tecnologia;
- Abertura de todas as bases previstas no Plano de Dados Abertos 2024-2026;
- Conclusão de ações no Programa Pró-Integridade do MGI, como o Painel da Diversidade;
- Monitoramento do Plano de Logística Sustentável e do Plano de Integridade e Segurança do Acervo, com 32% de iniciativas concluídas até o momento.



Brasília e Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025

Relatório desenvolvido por meio da Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão Estratégica e Governança (CGPLAN) do Arquivo Nacional.

Equipe

Raquel dos Santos Ribeiro - Coordenadora-Geral
Diego Barbosa Silva - Coordenador de Governança e Integridade
Mariana de Barros de Almeida - Coordenadora de Gestão Estratégica

Assessores da CGPLAN

Gestão Estratégica e Governança
Mariane Sousa Fonseca
Marluce Machado de Souza Dias
Nuno dos Santos Francisco Júnior

Contato: cplan@gestao.an.gov.br